

O CRÉDITO AGRÍCOLA NOS ESTADOS UNIDOS

Carlos Nayro Coelho ⁽¹⁾

1. Antecedentes

O envolvimento do governo dos Estados Unidos com o crédito rural iniciou-se no período 1916/17, quando o Congresso americano criou os Bancos Rurais Federais (Federal Land Banks - FLB) e as Associações de Bancos Rurais Federais (Federal Land Bank Associations - FLBA), para fornecer financiamentos imobiliários de longo prazo para os agricultores⁽²⁾. Em 1923 foram criados os Bancos Intermediários Federais de Crédito (Federal Intermediate Credit Banks - FICB) para conceder crédito operacional por meio de repasses aos bancos comerciais.

As Associações de Crédito para Produção (Production Credit Associations - PCA) foram estabelecidas em 1933 com o mesmo fim. No mesmo ano foram criados os Bancos para Cooperativas (Bank for Cooperatives - BC) para financiar as cooperativas de comercialização (marketing cooperatives).

O conjunto dessas instituições formava o Sistema de Crédito Rural (Farm Credit System - FCS) patrocinado pelo Governo Federal. Até o final da década de setenta esse sistema cresceu consideravelmente e várias modificações nos mecanismos de concessão do crédito foram adotadas naquela época para permitir a

expansão dos financiamentos, como o aumento do limite de empréstimo para 85% do valor de mercado da propriedade e a autorização para as Production Credit Associations (PCA) realizarem empréstimos imobiliários rurais. Além disso, a maioria das instituições pertencentes ao Farm Credit System (FCS) receberam permissão para financiar projetos de aquicultura, assim como os Co-operative Banks (BC) para financiar serviços públicos rurais.

Em 1978 as Production Credit Associations (PCA's) receberam autorização para estender os prazos dos empréstimos relacionados com a aquicultura para entre 7-15 anos.

Até o início da década de oitenta, apesar de o FCS adotar com frequência estratégias operacionais erradas e posturas excessivamente liberais na concessão dos empréstimos, somente em 1925 uma instituição (o Federal Land Bank of Spokane) não teve condições de honrar o pagamento programado dos juros referentes a títulos lançados no mercado, devido à inadimplência de agricultores. Todavia a crise não se propagou devido a uma operação de socorro engendrada por outros Federal Land Banks e por ser localizada.

Dessa forma, por quase setenta anos, o Farm Credit System foi a espinha dorsal do financiamento agrícola americano, apesar

da importância crescente dos bancos comerciais e do papel desempenhado pelas agências federais de crédito, a exemplo da antiga Farmers Home Administration (criada em 1946), substituída recentemente pela Farm Service Agency (FSA). Os recursos eram (e ainda são) captados no mercado mediante a emissão de títulos.

Todas as atividades do sistema são supervisionadas pela Farm Credit Administration (FCA), uma agência federal independente que regula e controla todas as instituições envolvidas no Farm Credit System para garantir segurança e transparência nas operações. O papel da FCA foi bastante reforçado na década de oitenta, como parte das mudanças promovidas pelo Congresso americano para enfrentar os graves problemas de liquidez com que se defrontavam as instituições de crédito agrícola na época.

Como será visto, essa crise que abalou todo o FCS foi reflexo da recessão agrícola e das políticas macroeconômicas de combate à inflação mas, principalmente, ocorreu em função das deficiências administrativas, do desenho institucional do sistema e da falta de flexibilidade das instituições.

2. A Crise de Crédito Rural nos anos 80

A crise sem precedentes que atingiu o Farm Credit System (FCS) começou a mostrar os seus primeiros indícios já no começo da década, com o crescimento exagerado do endividamento dos produtores que chegou a US\$ 82 bilhões em 1983. Nesse ano e em 1984, onze Production Credit Associations (PCA) foram liquidadas em vários estados, e o prejuízo total do FCS em 1985 atingiu US\$ 2,7 bilhões.

Entre os exemplos de falhas nos mecanismos operacionais do Farm Credit System podem ser

(1) Técnico do DEPLAN/SP/AMA.

(2) Os empréstimos de comercialização da Commodity Credit Corporation (CCC) são considerados parte do programa de preço suporte e não do sistema de crédito rural. Portanto, não serão objeto de análise nesse trabalho. Sobre os empréstimos da CCC ver Coelho, C.N., "A Commodity Credit Corporation e os Programas de Sustentação da Agricultura dos Estados Unidos, Revista de Política Agrícola, Ano II n° 3.

citados: a) a ênfase exagerada dada pelas instituições ao valor de mercado das hipotecas (no lugar da capacidade de pagamentos) no "mix" das exigências rotineiras do sistema; b) a forma de fixar a taxa de juros nos contratos (considerava-se a taxa média), sem levar em conta os fatores de tempo e risco e a baixa capacidade de avaliação gerencial da relação entre valor dos ativos/volume das dívidas. Logicamente sempre que o setor agrícola enfrenta dificuldades financeiras graves, a aplicação desses mecanismos tende a elevar consideravelmente a taxa de inadimplência do sistema, a prejudicar a capacidade de captação de recursos no mercado, a afetar negativamente a receita operacional e a reduzir a participação no mercado de crédito (volume de negócios).

Afora o problema do peso excessivo dado ao valor de mercado das hipotecas (sujeito aos mesmos padrões de risco e incerteza que comandam a renda agrícola), a estratégia de fixação de juros do FCS revelou-se igualmente prejudicial quando a taxa começou a apresentar grandes variações no fim da década de 70 e início da década de 80. Quando a taxa de juros aumentou, as instituições do FCS continuaram (dentro do espírito cooperativista) cobrando a taxa média (no lugar da marginal) abaixo da que era correntemente praticada, o que inviabilizou o processo de captação de recursos no mercado e, em consequência, ocasionou perda de espaço para os concorrentes, principalmente para as instituições de poupança imobiliária.⁽³⁾

Para reverter a situação, os membros do FCS decidiram elevar a taxa de juros e emitiram grande quantidade de papéis de longo prazo com taxa de remuneração elevada. Quando, em meados da década de 80, o Federal

Reserve Board decidiu mudar a política monetária e reduzir a taxa de juros, o FCS foi surpreendido com uma imensa carteira de títulos de alto custo, sem condições de repassá-los aos clientes. Em consequência, foi obrigado a emprestar dinheiro a juros mais baixos, acumulando prejuízos de mais de US\$ 3,4 bilhões em 1985 e 1986, somente por conta da diferença entre as taxas de juros, excluídas as perdas por conta dos créditos não recebidos, que atingiram quase a mesma quantia.

Nos contratos de empréstimos com taxa de juros flexível (que transferiam o risco dos juros para o tomador), o índice de inadimplência atingiu níveis absurdos, devido à coincidência da elevação da taxa de juros para combater a inflação com a queda na renda agrícola.

Em resumo, no tocante às políticas macroeconômicas, o Farm Credit System andou na direção errada. Empréstava a juros baixos, quando os juros de mercado estavam elevados, criando excesso de demanda. Por outro lado, empréstava a juros altos quando os juros de mercado estavam baixos, criando excesso de oferta. A tentativa (tardia) de reverter a situação gerou prejuízos de quase US\$ 7 bilhões em

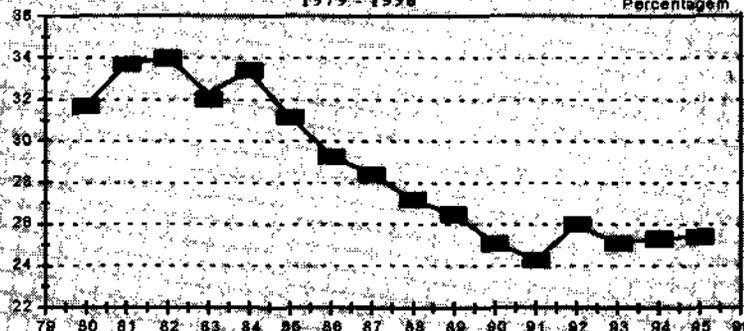
1995 e 1996 e provocou uma queda significativa na participação do FCS no total de crédito agrícola.

Como mostra a Figura 1, a participação do FCS no crédito total entre 1980 e 1995 atingiu o máximo em 1982 (34,0%), quando o volume total de crédito alcançou US\$ 188,8 bilhões. Com o desdobramento da crise, esse percentual entrou em declínio até estabilizar na década de 90 em torno de 25%.

O modelo institucional do FCS (em que a distribuição da unidade obedecia padrões geográficos e funcionais) evoluiu de forma equivocada a partir de 1916. Em primeiro lugar, incorporou aspectos protecionistas da legislação do New Deal e gerou vários tipos de bancos rurais (Land Banks) distritais e associações (Production Credit Associations) para atender o setor agrícola no tocante ao crédito. Alguns distritos logo reconheceram a ineficiência deste arranjo institucional e colocaram o banco e a associação sob a mesma direção. Outros mantiveram as duas organizações independentes.

Em segundo lugar, três fatores aumentaram a ineficiência do modelo: a) escala de operações; b) incapacidade de reduzir riscos por meio da diversificação (entre regiões e aplicações) e, c) falta de

Figura 1
ESTADOS UNIDOS
Participação do Farm Credit System no
Crédito Agrícola
1979 - 1996



Fonte: Federal Farm Credit Banks Funding Corporation

(3) Uma crise, só que mais grave e mais onerosa, atingiu também a Poupança Imobiliária, principalmente a partir de 1987. Mais de 2.900 bancos e associações de poupança foram atingidos, custando mais de US\$ 200 bilhões.

integração entre as unidades. No primeiro caso, a cultura do "banco da nossa terra" aliado a interesses políticos locais impediram a utilização das economias de escala existentes na atividade, mantendo a maioria das instituições pequenas e frágeis. No segundo, tanto os bancos como as associações atuaram de forma extremamente localizada e especializada em função do desenvolvimento histórico do FCS, o que impedia qualquer mudança na linha de operações para reduzir o risco. No terceiro caso, a ausência de cruzamento de informações permitia, por exemplo, que o cliente da unidade "A" tomasse empréstimos na unidade "B" para cobrir débitos na unidade "A", postergando o problema da incapacidade de pagamento e ampliando mais ainda o índice de inadimplência do sistema.

É importante notar que, após a crise, também o crédito rural total começou a mostrar trajetória declinante. Depois de atingir o máximo em 1984 (US\$ 193,7 bilhões), caiu quase 30% (US\$ 55,8 bilhões) entre esse ano e 1990 (Quadro I).

No volume de crédito concedido por tipo de instituição no mesmo período, observa-se que apenas os bancos comerciais atravessaram a crise e chegaram em 1990 com a mesma posição de 1984. Todas as demais instituições de crédito adotaram políticas de restrição, a começar pela agência do governo federal (Farm Service Agency) que cortou em 27% (US\$ 6,3 bilhões) os desembolsos, as companhias de seguros, 19,5% (US\$ 2 bilhões) e outros, 42,9% (US\$ 18,8 bilhões). O maior corte (44,8%) ocorreu no Farm Credit System, e atingiu US\$ 28,7 bilhões, pelos mesmos motivos.

Considerando-se somente o crédito operacional (sem os empréstimos imobiliários e sem os empréstimos de comercialização da Commodity Credit Corporation), o Quadro II mostra que mesmo os bancos comerciais adotaram políticas restritivas, e a impor-

tância do Farm Credit System caiu mais ainda no contexto agrícola. Em 1981, por exemplo, o FCS desembolsou perto de US\$ 21,3 bilhões (25,5% do total) para financiar a produção. Dez anos depois, o valor caiu para US\$ 10,2 bilhões e a participação caiu para 15,8%, em função de um decréscimo de 42,2% no volume (US\$ 11,1 bilhões). Vale notar que, no

mesmo período, o desembolso total caiu 23,2% (de US\$ 83,6 bilhões para US\$ 64,2 bilhões).

Com relação aos bancos comerciais observa-se que em 1984 eles chegaram a aplicar US\$ 37,6 bilhões, reduzindo para US\$ 29,2 bilhões em 1990 (queda de 23,4%). Os empréstimos governamentais do Farm Service Agency (FSA) caíram no mesmo

QUADRO I
ESTADOS UNIDOS
Total do Crédito Agrícola
1980 - 1995

Ano	Sistema de Crédito Rural	Bancos Comerciais	USDA/FSA ⁽¹⁾	POS. 31/12		Total
				Seguradoras	Outros ⁽²⁾	
1980	52,9	37,7	17,4	12,0	46,6	166,8
1981	61,5	38,8	20,8	12,2	49,0	182,4
1982	64,2	42,0	21,3	11,8	49,6	188,8
1983	63,7	45,4	21,4	11,7	48,8	191,1
1984	64,6	47,2	23,3	11,9	46,7	193,8
1985	56,1	44,4	24,5	11,3	41,1	177,6
1986	45,9	41,6	24,1	10,4	34,9	157,0
1987	40,0	41,1	23,5	9,4	30,3	144,4
1988	37,2	42,7	21,8	9,0	28,7	139,6
1989	36,4	44,9	19,0	9,1	28,3	137,8
1990	35,7	47,5	17,0	9,7	27,9	137,9
1991	35,5	50,2	15,2	9,5	28,6	139,2
1992	35,7	51,6	13,5	8,8	29,3	139,1
1993	35,4	54,5	12,1	9,0	30,9	141,9
1994	35,7	57,8	11,5	9,0	32,7	146,8
1995	37,3	59,9	10,5	9,2	34,1	151,0

FONTE: Economic Research Service (USDA)

(1) Crédito Governamental

(2) Inclui crédito da CCC para construção de armazéns, crédito de revendedores e comerciantes, e crédito Farmer Mac (Federal Ag. Mortgage Co).

QUADRO II
ESTADOS UNIDOS
Crédito Operacional
1980 - 1995

Ano	Bancos Comerciais	Sistema de Crédito Rural	USDA/FSA ⁽¹⁾	Posição 31/12		Total
				Outros ⁽¹⁾	US\$ bilhões	
1980	30,0	19,7	10,0	17,4	77,1	
1981	31,2	21,3	12,7	18,4	83,6	
1982	34,3	20,6	13,0	19,1	87,0	
1983	37,1	19,4	12,8	18,5	87,9	
1984	37,6	18,1	13,7	17,6	87,1	
1985	33,7	14,0	14,7	15,0	77,5	
1986	29,7	10,3	14,4	12,1	66,6	
1987	27,6	9,4	14,1	10,9	62,0	
1988	28,3	8,7	13,0	11,8	61,7	
1989	29,2	9,5	10,8	12,2	61,9	
1990	31,3	9,8	9,3	12,7	63,2	
1991	32,8	10,2	8,2	13,0	64,2	
1992	32,9	10,3	7,1	13,2	63,6	
1993	34,9	10,5	6,2	14,2	65,9	
1994	36,7	11,2	6,0	15,2	69,1	
1995	37,5	12,9	5,4	16,2	72,2	

FONTE: Economic Research Service - USDA

(1) e (2) Ver Quadro I

período 33,2% (de US\$ 13,7 bilhões para US\$ 9,3 bilhões). As demais aplicações (incluídas em outros) atingiram o máximo em 1982 (US\$ 19,1 bilhões). Durante a crise caíram 46,3% (US\$ 6,4 bilhões). Cumpre observar que, como forma de amenizar os efeitos da recessão agrícola, apenas os financiamentos diretos do governo mediante a FSA foram mantidos no mesmo nível (em torno de US\$ 13 bilhões) até 1988⁽⁴⁾. A partir de 1989, no entanto, quando as demais instituições, inclusive o Farm Credit System (FCS), iniciaram nova trajetória de aumentos nas aplicações, os empréstimos governamentais da USDA - FSA para a produção continuaram com tendência declinante: caíram de US\$ 10,8 bilhões nesse ano para US\$ 5,3 bilhões em 1995.

Em resumo, no tocante ao crédito operacional a recessão agrícola e a crise de liquidez que atingiram o FCS tiveram as seguintes conseqüências:

- a) ampliaram o papel dos bancos comerciais, que em 1980 contribuíram com 38,6% do total e em 1995 com 52,0%;
- b) reduziram o papel dos financiamentos governamentais da Farm Service Agency que em 1980 participavam com 13,0%; chegaram a contribuir com 19% no auge da crise (1985) e em 1995 participaram com apenas 7,5%;
- c) reduziram o papel do Farm Credit System que, em 1980, contribuiu com 38,8%; chegou em 1984 com 43,2% e em 1995 caiu para 17,9%;
- d) não afetaram a participação dos outros financia-

dores (comerciantes, agroindústrias, revendedores etc.) que em 1980 atingiu 22,4% e em 1995 permaneceu basicamente no mesmo nível.

A Figura 2 mostra como as instituições do FCS foram afetadas pela crise.

3. As Medidas do Governo para Contornar a Crise de Liquidez

Já no início da década de oitenta estava evidente que, devido ao modelo administrativo e operacional do Farm Credit System (FCS), a maioria dos membros não tinha flexibilidade nem capacidade de alavancagem para enfrentar uma recessão agrícola de grandes proporções conjugada com mudanças na política macroeconômica.

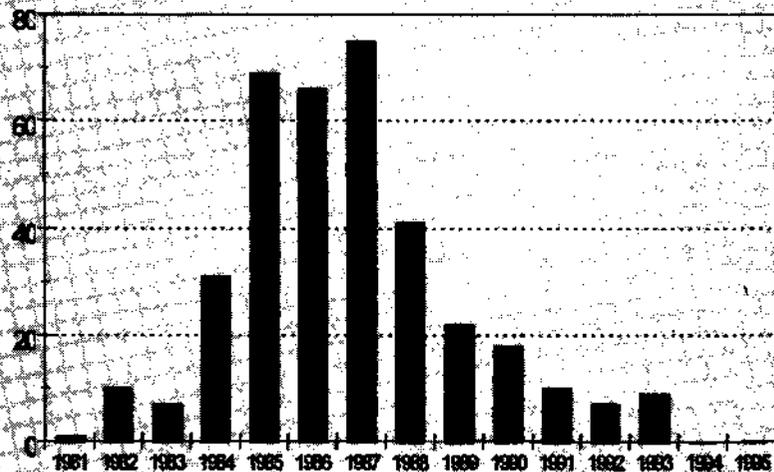
Embora patrocinados e supervisionados pelo Governo Federal (por intermédio da Farm Credit Administration), tanto os bancos como as associações de crédito

do FCS são instituições privadas (em alguns casos o governo participa do capital), sujeitos portanto às injunções do mercado.

Como essas instituições são obrigadas a captar a maior parte dos recursos no mercado (mediante a emissão de títulos) para emprestar aos agricultores, logo os sinais e as notícias de grandes perdas no início dos anos 80 abalaram a capacidade de captação do sistema.⁽⁵⁾ As "margens" dos títulos de curto prazo do FCS subiram da média histórica de 10 pontos para 140 pontos.

Embora no contexto da economia americana os débitos do FCS representassem pouco (o pico foi de US\$ 64,6 bilhões em 1984), comparados com aproximadamente US\$ 5 trilhões de outros intermediários, a possibilidade de a crise de liquidez contaminar o já problemático setor da poupança imobiliária (com US\$ 822 bilhões de empréstimos em 1982/83) e a carteira agrícola dos

FIGURA 2
ESTADOS UNIDOS
Número de Falência dos Bancos do Farm Credit System



Fonte: USDA/ERS

(4) Também os desembolsos da CCC nos programas de suporte de preços cresceram significativamente no período da crise. Entre 1982 e 1988 foram desembolsados quase US\$ 45 bilhões; somente em 1986 foram aplicados US\$ 19,1 bilhões. Em 1990 caíram para US\$ 4,3 bilhões.

(5) Embora os investidores fossem protegidos por uma garantia conjunta de todos os bancos do FCS, e implicitamente pelo Governo Federal, a verdade é que no auge da crise o sistema ficou dividido e muitos bancos, inclusive, recorreram à justiça para não transferir recursos para outras instituições em perigo. Quanto ao Governo Federal, não havia garantia explícita.

bancos comerciais, levou o Congresso americano a aprovar várias leis em 1985, 1986 e 1987 destinadas a sanear, reestruturar e recuperar a capacidade operacional (principalmente em termos de captação) do Farm Credit System.

As principais leis, aprovadas em 1985, autorizaram a Farm Credit System Capital Corporation (FCSCC), espécie de "holding" do sistema, a receber repasses do tesouro americano. Calcula-se que no período foram repassados mais de US\$ 4 bilhões em títulos garantidos pelo Tesouro, sendo US\$ 1,26 bilhão destinados à reorganização do sistema. Em seguida, no mesmo ano, foi aprovada a reestruturação da agência governamental de controle do crédito rural, a Farm Credit Administration (FCA).

Na legislação anterior, a FCA desempenhava duas funções nitidamente conflitantes: supervisora das atividades do FCS e, ao mesmo tempo, defensora dos interesses do sistema. O primeiro passo da nova legislação foi então eliminar a segunda função e enfatizar a FCA como agência responsável pela segurança e a transparência das operações do Farm Credit System. Nesse sentido, as seguintes medidas foram aprovadas:

- a) reestruturar o quadro de direção da FCS para reduzir o grau de ingerência política;
- b) adotar auditorias externas nas instituições do FCA, usando os princípios contábeis geralmente aceitos;
- c) retirar da FCA as responsabilidades gerenciais no sistema;
- d) retirar da FCA a autoridade para delegar responsabilidade de supervisão aos bancos;
- e) fornecer autoridade de execução (era apenas supervisão) à FCA, e;

- f) determinar que a FCA examine anualmente todos os membros da FCS.

Atualmente, a FCA é dirigida por um Conselho Diretor de três membros, apontados pelo Presidente dos Estados Unidos e confirmados pelo Senado. O mandato de cada membro é de seis anos, e, no máximo, dois membros podem pertencer ao mesmo partido político. As qualificações exigidas são: a) experiência ou conhecimento em economia agrícola e finanças; b) experiência no controle de entidades financeiras e c) forte experiência legal e financeira em práticas regulatórias.

Antes de 1985, a FCA era administrada por treze membros, doze dos quais representando distritos do FCS e um apontado pelo Secretário de Agricultura dos Estados Unidos. Esses membros elegiam o governador da FCA. Na antiga estrutura, o Presidente da República era obrigado a considerar indicações vindas dos distritos relevantes (uma selecionada pelo Federal Land Bank, uma selecionada pelo Federal Intermediate Credit Bank e outra selecionada pelo Bank for Cooperatives). Na prática, essas indicações eram geralmente aceitas, o que ampliava a ingerência política e a influência dos interesses locais.

Para recuperar a credibilidade do sistema na captação de recursos, em 1987 o Congresso autorizou a criação da Farm Credit System Insurance Corporation (FCSIC) e o estabelecimento da FCS Financial Assistance Corporation. A primeira para garantir os investidores nas compras dos títulos rurais, da mesma forma que a Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) garante os depósitos nos bancos comerciais, e a segunda para emitir títulos garantidos pelo Tesouro. Os Federal Land Banks foram transformados em Farm Credit Banks (FCB), que passaram a controlar as associações de crédito.

A FCSIC é uma corporação independente do Governo Federal, cuja principal missão é garantir o pagamento do principal mais juros, no tempo hábil de qualquer título emitido por entidades do Farm Credit System. Nesse sentido o FCSIC fornece mecanismos permanentes para o atendimento de qualquer membro do Farm Credit System em dificuldades e, com isso, reduzir a probabilidade de pedidos de ajuda ao Governo Federal no futuro. A FCSIC também cobre qualquer título não honrado, emitido pela FCS Financial Assistance Corporation, colocado no mercado para financiar o socorro federal de 1988.

O capital inicial da FCS Insurance Corporation foi de US\$ 260 milhões, transferidos pelo Governo Federal do fundo rotativo da Farm Credit Administration (FCA). Para desempenhar sua missão a FCSIC administra o Farm Credit Insurance Fund (FCIF), que é o seu braço operacional. De acordo com as provisões da lei, a FCA não pode declarar crise no FCS sem antes esgotar o fundo rotativo.

A função de redução de risco do FCSIC foi muito importante para tirar o FCS da crise de liquidez, devido principalmente à resistência que existia ao processo de assistência solidária entre seus membros cujas negociações tornaram-se frequentemente litigiosas e demoradas.

A FCSIC é dirigida por três membros apontados pelo Presidente, que atualmente são os mesmos que dirigem a Farmer Credit Administration (FCA), e tem dois papéis distintos com relação às instituições seguradas: primeiro como seguradora dos papéis emitidos e segundo como garantidora do sistema.

Como seguradora, a FCSIC estipula o valor dos "premiums" e analisa continuamente os riscos do sistema. Como garantidora, a Farm Credit System Insurance Corporation tem as seguintes atribuições:

- a) fornecer empréstimos diretos ou contribuições para instituições em dificuldades;
- b) patrocinar ou ajudar financeiramente a fusão de uma instituição do FCS com outra em dificuldade;
- c) comprar "securities" da nova instituição resultante da fusão, e;
- d) garantir que a nova instituição não tenha prejuízos com a fusão.

A Farm Credit Administration (FCA) pode apontar a FCSIC como interventora em qualquer banco ou associação com problemas de liquidez. No caso de liquidação ela serve como "trustee" e se encarrega de todas as providências (recebimento de créditos, liquidação de ativos etc.) para se ressarcir dos prejuízos ou para proteger os acionistas. Todavia, antes da FCA decidir pela liquidação ou não, a FCSIC é responsável pela preservação do patrimônio da instituição e pela proteção dos interesses dos credores e dos acionistas.

Como administradora do Farm Credit Insurance Fund (FCIF), a FCSIC precisa analisar cuidadosamente todas as necessidades de desembolso. Em função da multiplicidade de usos do fundo, pode ocorrer que os ativos não sejam suficientes para cobrir todos os casos, pois diferentemente do seguro federal de depósito para bancos, poupança e associações de crédito (Crédit Unions), o FCSIC não tem linha de redesconto direta junto ao Tesouro, nem poder de impor medidas especiais aos bancos do FCS para recuperar perdas do fundo. Como foi mencionado, o poder de intervenção é da Farm Credit Administration (FCA).

Os ativos do Farm Credit Insurance Fund têm três fontes primárias: a) US\$ 260 milhões de

capital inicial transferido pela FCA; b) recebimento de "premiums" dos bancos do FCS; e c) ganhos nas aplicações dos ativos.

Os valores dos "premiums" são coletados anualmente junto aos bancos segurados, em função dos empréstimos realizados por eles e por suas associações. As taxas variam de acordo com a situação e com o tipo de empréstimo.

Nos empréstimos federais, por exemplo, a "basis" (um centésimo de um ponto percentual) é 1,5 ponto, nos estaduais 3 pontos, nos recebidos em dia (média), 15 pontos, e 25 pontos nos demais. O valor recebido pelo fundo pode crescer até atingir 2% do total do saldo devedor seguro, ou até o FCSIC determinar novo cálculo atuarial.

Os ativos do fundo não utilizados nas operações da FCSIC, de acordo com a lei, devem ser investidos em títulos garantidos pelo Governo Federal, como os títulos do tesouro, os títulos do Government National Mortgage Association (GNMA).

Além da criação da Farm Credit System Insurance Corporation (FCSIC), outra medida importante adotada em 1985 para fortalecer o sistema foi a criação do Farm Credit System Capital Corporation (FCSCC), como um mecanismo de assistência mútua entre os bancos do FCS, e a assinatura pelos membros do FCS do Capital Preservation Agreement (CPA). Esses acordos previam a assistência a bancos com perdas líquidas suficientes para inviabilizar a captação e, em 1985 e 1986, permitiram a transferência de US\$ 1,1 bilhão para os Federal Land Banks (FLB) de Jackson (MI), Louisville (KY), Omaha (NB), St. Louis (MO), St. Paul (MN) e Wichita (KS).

A FCSIC foi reorganizada em 1986 de acordo com o Farm Credit Amendments de 1985,

aprovado pelo Congresso. A lei autorizou a FCSIC a impor contribuição nas instituições mais fortes para custear suas atividades. Todavia, devido à recusa de algumas instituições em participar (com respaldo judicial), o valor planejado das contribuições (US\$ 297 milhões) nunca chegou a ser coletado. De acordo com os registros, os recursos do FCS Capital Corporation foram usados em 1985 na assistência direta ao Federal Intermediate Credit Bank of Spokane e Omaha no valor de US\$ 102 milhões. Mais US\$ 261 milhões foram usados em 1986 para cobrir empréstimos de alto risco e perda de capital.

Apesar das disputas judiciais, em janeiro de 1988, US\$ 622 milhões já tinham sido pagos dentro do Capital Preservation Agreement (CPA), faltando US\$ 486 milhões. O Farm Credit Act de 1987 acabou com as disputas judiciais e determinou que a Financial Assistance Corporation (FAC) pagasse a parte do capital devido embargado pela justiça (US\$ 415 milhões) mediante a venda de títulos do Tesouro americano, no valor correspondente.

Além dessas três medidas: reformulação da Farm Credit Administration (FCA), criação da Farm Credit System Insurance Corporation (FCSIC) e da Farm Credit System Capital Corporation (FCSCC), várias outras foram adotadas para reduzir a exposição ao risco do FCS. O Farm Credit Act de 1987, por exemplo, determina que o Federal Farm Credit Bank Funding Corporation (FFCBFC), como entidade fiscal, fixe a quantidade, prazo, termos e condições de emissão das "securities" para financiar as operações do Farm Credit System. Para executar essa tarefa, o FFCBFC desenvolveu o Market Access and Risk Alert Program (MARAP), transformado em Market Access Agreement (MAA) em

1994. Adicionalmente, os bancos adotaram voluntariamente o Contractual Interbank Performance Agreement (CIPA) para estimulá-los a alcançar e manter altos padrões de segurança e confiabilidade.

4. O Crédito Agrícola Após a Crise

Apesar das medidas tomadas na década de oitenta para fortalecer o Farm Credit System (FCS) a tendência observada, mesmo antes da crise, de crescimento da participação dos bancos comerciais, principalmente nos créditos à produção, continuou na década de noventa. O Quadro III acima mostra a distribuição do crédito por prestador.

Desde 1981, quando sua fatia no mercado era de 21,3%, os bancos comerciais por 14 anos, sem interrupção, aumentaram sua participação nos empréstimos agrícolas. Em 1995 chegou a 39,7%. Grande parte da expansão ocorreu às custas do Farm Credit System (FCS) e dos empréstimos do Governo (USDA/FSA). A fatia do FCS em 1981 chegou a 33,7% e em 1995 caiu para 24,7%. A do USDA/FSA era 11,4% em 1981 e decresceu para 7% em 1995. O "portfólio" de empréstimo dos bancos comerciais cresceu 54,4% no período de 1981/95, o do FCS caiu 39,5% e o do USDA/FCS decresceu 49,6%.

Mudanças mais importantes ocorreram nos empréstimos à produção. Já em 1988 o "portfólio" desses empréstimos do FCS apresentava um declínio de 58,5% com relação ao seu pico de 1981 (Quadro II). Após esse ano, com o amortecimento da crise, voltou novamente a crescer, passando de US\$ 9,5 bilhões em 1989 para US\$ 12,9 bilhões em 1995.

No fim de 1987 esses tipos de empréstimos dos bancos comerciais apresentavam um declínio de 26,7% com relação ao máximo de 1984, voltando

QUADRO III
ESTADOS UNIDOS
Distribuição do Crédito Rural

	1981			1990			1995		
	Imob.	Prod.	Total	Imob.	Prod.	Total	Imob.	Prod.	Total
Bancos Comerciais	4,2	17,1	21,3	11,4	2,3	34,5	14,8	24,8	39,7
Farm Credit System	22,1	11,6	33,7	19,0	7,1	25,9	16,1	8,6	24,7
USDA/FSA	4,4	7,0	11,4	5,8	6,7	12,3	3,4	3,6	7,0
Seguradoras	6,6	-	6,7	7,0	-	7,0	6,0	-	6,0
Outros ⁽¹⁾	16,1	10,8	26,9	11,5	9,2	20,3	11,9	10,7	22,6
TOTAL	53,4	46,6	100,0	54,7	45,3	100,0	52,3	47,7	100,0

Fonte: USDA/Economic Research Service (ERS)

⁽¹⁾ Inclui empréstimos da CCC para construir armazéns

subseqüentemente a crescer a partir de 1988 (36% entre esse ano e o de 1995). Como foi visto antes, os empréstimos do governo (USDA/FSA), que aumentaram durante o período de crise, chegando a US\$ 14,7 bilhões em 1995, declinaram continuamente após esse ano, chegando a US\$ 5,3 bilhões em 1995 (uma queda de 74%).

Nos empréstimos imobiliários, o valor do "portfólio" dos bancos comerciais aumentou 196,3% entre 1982 e 1995 (US\$ 14,9 bilhões), enquanto o "portfólio" imobiliário do Farm Credit System (FCS) caiu 47,7% a partir de 1984, quando atingiu o ponto máximo. A fatia do FCS declinou de 43,7% nesse ano para 30,8% em 1995. Nas companhias de seguros, os empréstimos imobiliários caíram 24,7% entre 1981 e 1995, mas cresceram de US\$ 8,7 bilhões em 1992 para US\$ 9,1 bilhões em 1995 (4,6%).

Com relação à taxa de inadimplência do crédito rural, o Quadro IV mostra a sua evolução entre 1986 e 1995 (julho).

Durante o período, os empréstimos governamentais da Farm Service Agency (FSA) apresentaram as maiores taxas de inadimplência, tendo atingido o máximo em 1988 (49,8%). Em 1995 caíram para 39,0%, o que, de certa forma, reflete a política de reduzir drasticamente esses empréstimos e torná-los mais seletivos.

Nos demais, observa-se que a taxa do FCS foi praticamente o dobro da dos bancos comerciais, mas caiu continuamente após 1989. Nas seguradoras (que somente financiam imóveis) o índice máximo ocorreu em 1986 (17,0%) tendo decrescido continuamente até atingir o mínimo em 1993 (2,2%). Em 1995 aumentou para 2,9%, ficando pela primeira vez, desde 1986, acima do índice de inadimplência do FCS.

Com relação aos bancos comerciais, o Federal Reserve Board (FRB) considera que um agente financeiro comercial é um banco agrícola se a relação entre

QUADRO IV
ESTADOS UNIDOS
Taxa de Inadimplência do Crédito Rural ⁽¹⁾
1986 - 1995

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Bancos Comerciais	7.0	4.8	3.3	2.3	1.9	1.9	1.8	1.4	1.1	1.3
Farm Credit System	12.8	11.8	8.0	6.1	6.1	5.4	4.6	3.6	2.7	2.4
Seguradoras	17.0	14.3	8.9	4.7	4.2	3.8	3.3	2.2	2.6	2.9
USDA/FSA ⁽²⁾	42.9	45.8	49.8	47.8	41.3	41.7	42.5	41.0	34.8	39.0

FONTE: USDA/ERS

⁽¹⁾ Refere-se empréstimos vencidos por 90 dias ou mais.

⁽²⁾ Vencidos por 30 dias ou mais, no término do ano fiscal (30 de setembro).

os empréstimos agrícolas e os empréstimos totais excede em uma determinada data a taxa média (não ponderada) de todos os outros bancos (17,12% em 30 de junho de 1995). Sob esse prisma o número de bancos comerciais agrícolas bem como as medidas de performance por tipo de banco estão configurados no Quadro V.

A taxa de retorno ao capital aumentou gradativamente de 7,6% em 1987 até atingir 13,1% em 1992. Em 1995 chegou a 11,7%. A relação capital/ativos evoluiu de 9,8% para 11,4% em 1995 mostrando melhoria no grau de solvência.

Os pequenos bancos agrícolas são os maiores emprestadores para os produtores rurais. Bancos com ativos de até US\$ 300 milhões contribuem com mais da metade do crédito. Os maiores participam com pouco mais de 25% do crédito concedido em 1995 (Quadro VI).

Nesse ano, os pequenos bancos agrícolas aplicaram US\$ 33,7 bilhões (90,3%) do total de US\$ 35,4 bilhões. A relação entre os empréstimos agrícolas e não agrícolas chega a 48,8 nos bancos com menos de US\$ 25 milhões de capital e decresce para 19,8 nos bancos com capital acima de US\$ 500 milhões. No caso dos não agrícolas, do total de US\$ 28,3 milhões aplicados, os bancos maiores (acima de US\$ 300 milhões de capital) aplicaram US\$ 18,7 milhões (66,1%) embora a relação entre empréstimos agrícolas seja apenas de 2,5 e 0,8 respectivamente.

Os principais indicadores do grau de solvência, liquidez etc., dos bancos comerciais estão no Quadro VII

A relação empréstimos/dépósitos pode sugerir que os bancos menores têm mais liquidez do que os bancos maiores. Todavia, a expansão das outras formas de captação e o crescimento das aplicações dos bancos no mercado secundário de títulos

reduziram a eficiência dessa relação como medida tradicional das condições de liquidez bancária. Alguns bancos emprestam mais, porém outros, para reduzir riscos, vendem parte dos empréstimos

QUADRO V
ESTADOS UNIDOS
Desempenho dos Bancos Comerciais Agrícolas
1985 a 1995

	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Nº Banco Comerc.	13.305	12.961	12.635	12.270	11.849	11.400	10.917	10.400	10.117
Nº Bancos Agrícolas	4.480	4.337	4.180	4.067	3.932	3.831	3.723	3.544	3.488
Lucro/capital (%)	7,6	10,0	10,7	10,7	11,4	13,1	12,8	12,1	11,7
Capital/ativos (%)	9,8	10,0	10,1	9,9	10,1	10,4	10,9	10,8	11,4

Fonte: USDA/ERS.

QUADRO VI
ESTADOS UNIDOS
Empréstimos Agrícolas dos Bancos Agrícolas e não Agrícolas
Por Tamanho - 1995

Ativos	AGRÍCOLAS				NÃO AGRÍCOLAS			
	Nº	Valor	Empr. Agric. %	Empr. Ag/ Totais	Nº	Valor Us\$ Bil	Empr. Agric. %	Empr. Ag/ Totais
<25	1.216	3,2	8,2	48,8	677	0,4	0,6	5,8
25-50	1.173	9,8	15,3	42,3	1.324	1,3	2,0	4,5
50-100	777	10,9	17,1	36,5	1.786	2,9	4,5	3,8
100-300	300	7,8	12,2	31,2	1.828	5,1	8,0	2,8
300-500	16	1,0	1,6	29,1	371	2,2	3,5	2,5
>500	6	0,8	1,2	19,8	643	16,5	25,9	0,8
TOTAL	3.488	35,4	35,6	36,9	6.629	28,3	44,4	1,2

Fonte: USDA/ERS.

QUADRO VII
ESTADOS UNIDOS
Indicadores de Solvência e Liquidez dos Bancos Comerciais (1)
Julho/1995

Ativos	Nº	Capital/Ativos (2)	Empréstimo/Dépósitos	Empréstimo/Ativos	Dépósitos/Passivos
<25	1.893	12,5	62,5	54,0	97,7
25-50	2.497	11,4	64,3	56,0	97,3
50-100	2.563	11,0	66,4	57,7	96,6
100-300	2.128	10,5	69,3	59,5	94,9
300-500	387	10,4	74,4	61,6	91,2
>500	649	10,2	91,7	60,4	71,2
Total/Média	10.117	10,4	86,2	60,1	75,8

Fonte: USDA/ERS.

(1) Ponderado dentro de cada classe

(2) Inclui provisão para perdas, capital de acionistas minoritários em empresas subsidiárias, notas e debênturas e débitos convertidos mandatoriamente.

para aplicar em títulos garantidos, o que eventualmente aumenta a relação sem aumentar a exposição do banco ao risco. Na relação depósito/passivos o raciocínio é semelhante, pois os grandes bancos usam muito outras fontes de recursos.

O desempenho dos bancos pertencentes ao Farm Credit System melhorou significativamente depois da reestruturação do sistema na década de 80 e pelas fusões autorizadas pelo Farm Credit System Act de 1987.

No fim do ano fiscal de 1995 (30 de setembro), dois Agricultural Credit Banks (ABC) e cinco Farm Credit Banks (FCB) distritais (que substituíram os Federal Land Banks), bem como suas associações de empréstimos, forneciam crédito direto aos agricultores. O primeiro ACB (Chamado Cobank) foi formado em janeiro de 1995 com a fusão do Farm Credit Bank, do Cooperative Bank de Springfield (Mass) e do Cobank. De acordo com a lei, um ACB só pode ser formado com a fusão de, no mínimo, um FCB e um Cooperative Bank (CB). Em abril de 1995 formou-se o segundo ACB com a fusão dos Farm Credit Banks de Columbia e Baltimore para formar o Ag First.

Os principais indicadores do desempenho dos membros do Farm Credit System (FCS) estão no Quadro VIII.

Desde 1989 a receita líquida do FCS vem sendo positiva, após as grandes perdas durante a crise. A elevação em 1995 foi resultado principalmente do aumento na taxa de juros, redução nas provisões para crédito em liquidação, menos os créditos recuperados e decréscimo nas despesas administrativas. O crédito imobiliário continuou decrescendo a partir de 1989 (7,0%) enquanto os créditos de

Quadro VIII
ESTADOS UNIDOS
Desempenho do Farm Credit System
1989 - 1995

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995 ⁽¹⁾
Cred. Imobiliário (L.P)	30.24	29.42	28.77	28.66	28.81	28.40	28.15
Cred. Curto e Médio Prazo	10.02	10.67	11.22	11.11	11.43	12.39	13.80
Cred. Cooperativas	10.44	11.08	11.47	12.63	13.03	13.89	15.16
TOTAL	50.70	51.17	51.46	52.40	53.29	54.68	57.12
Rec. Líquida Juros	1.01	1.24	1.56	1.74	1.96	1.96	1.99
Provisões - Cred. Recup.	0.29	0.04	-0.05	-0.02	-0.04	-0.05	-0.01

Fonte: USDA/ERS

⁽¹⁾ Até 30/06/95

QUADRO IX
ESTADOS UNIDOS
Desempenho das Instituições Distritais do FCS
Até 30/09/1995

	Empréstimos	Receita Líquida	Capital Risco ⁽¹⁾	Inadimplência %	Cap. Risco/Ativos %
Ag. América	6.689	113.6	1.441	2.93	20.09
Ag. First	8.793	132.5	1.936	1.90	19.23
Agribank	13.864	237.3	2.946	2.24	17.51
Texas	3.866	63.5	995	1.31	23.57
Wichita	3.597	75.6	955	1.40	22.93
Western	4.678	105.7	1.020	1.92	18.73
Cobank	14.614	131.3	1.656	0.31	9.59
St. Paul	2.311	33.0	270	0.09	9.68
TOTAL	58.417	843.2	11.175	1.56	16.46

Fonte: USDA/ERS

⁽¹⁾ Capital de risco (at risk capital) é o volume de recurso que pode ser desembolsado sem prejudicar os investidores.

curto e médio prazos e para cooperativas destinados à produção cresceram 37,7%. O capital de risco mais o Farm Credit Insurance Fund (FCIF) em 1995 chegaram a US\$ 11,4 bilhões, cerca de 19,63% do crédito. Em nível de distrito, o Quadro IX mostra os dados de cada membro em 1995.

O volume total de empréstimos varia de US\$ 14,6 bilhões do Cobank (Mass.) a US\$ 2,3 bilhões do Bank for Cooperatives de St.

Paul (Minnesota). A relação capital de risco/ativos, que mede a capacidade do banco honrar compromissos com investidores e acionistas, varia entre 23,57 do FCB do Texas e 9,59 do Cobank.

No tocante aos empréstimos governamentais da Farm Service Agency USDA (Direct farmer loans e guaranteed farmer loans), nota-se que a diferença na taxa de inadimplência entre os dois programas está fazendo com que o

Governo reduza drasticamente o primeiro e aumente gradativamente o segundo. O Quadro X mostra os dados dos dois programas.

Os empréstimos garantidos aumentaram de US\$ 1,6 bilhão em 1986 para US\$ 2,0 bilhões em 1995. Os diretos caíram de US\$ 2,8 bilhões para US\$ 564 milhões no mesmo período. Os garantidos representaram um recorde de 77% dos empréstimos da Agência em 1995. O total de empréstimos diretos atingiu o mais baixo nível desde a criação da antiga Farmers Home Administration, em 1946. A queda foi influenciada também pela redução de 50% nos empréstimos do Emergency Disaster (EM). Em 1995 a participação dos empréstimos diretos no total do débito da FSA caiu para 7%, devido à grande eliminação contábil de débitos (writeoffs) e também à redução no volume de empréstimos a partir de 1986.

Para 1995 e 1996 a distribuição por programa no orçamento fiscal dos recursos para empréstimos da FCA está no Quadro XI.

A reorganização do United States Department of Agriculture, (USDA), iniciada em 1994, ainda está sendo implementada. Atualmente, todos os 3.300 escritórios da Farm Service Agency (FSA) estão sendo reorganizados para permitir maior grau de descentralização nas decisões relativas a programas de crédito rural da agência.

A Federal Agricultural Mortgage Corporation (Farmer Mac)⁽⁶⁾ foi autorizada pelo Food, Agriculture, Conservation and Trade Act de 1990 a estabelecer e operar um mercado secundário de títulos de crédito para os empréstimos agrícolas garantidos da FSA.

(6) Organização responsável pela garantia e venda de títulos imobiliários rurais no mercado secundário de hipotecas.

QUADRO X
ESTADOS UNIDOS
Empréstimos Governamentais da FCA⁽⁶⁾

US\$ Bilhões

	Empréstimos Diretos			Empréstimos Garantidos		
	Débito	Empréstimo	Tx. Inad.	Débito	Empréstimo	Tx. Inad.
1986	27,57	2,80	22,8	1,66	1,57	1,9
1987	25,76	1,51	25,6	2,38	1,58	1,8
1988	25,06	1,06	33,2	3,17	1,27	1,7
1989	23,28	1,03	34,4	3,24	1,19	1,9
1990	19,54	0,92	31,4	4,13	1,27	1,4
1991	17,46	0,63	31,3	4,52	1,49	1,3
1992	15,53	0,71	30,9	4,92	1,59	2,1
1993	13,77	0,67	29,9	5,04	1,43	2,0
1994	12,62	0,88	28,3	5,41	1,84	1,5
1995	11,51	0,56	27,8	5,93	2,12	1,5

Fonte: USDA/ERS

(6) posição dos débitos em 30/9.

QUADRO XI
ESTADOS UNIDOS
Distribuição por Programa dos Recursos da FCA

US\$ Milhões

	1995	1996
Aquisição de propriedade		
Direto	49,23	73,70
Garantido	562,53	535,26
Créditos Produção		
Direto	447,69	579,23
Garantido	2.127,13	1.850,99
Emergency Disaster	106,54	109,33

Fonte: USDA/ERS

Além dos programas federais da FSA, os governos estaduais também têm programas de crédito para atividades específicas. Entretanto, são pequenos valores que não exercem influência na produção agrícola como um todo. A maioria varia entre 5 e 30 milhões de dólares.

Quanto à taxa de juros, o Quadro XII mostra o seu comportamento no período 1980-1995 (anualizada), por tipo de empresário.

De uma maneira geral, os juros dos bancos comerciais acompanham "pari-passu" a "prime rate". Apenas em alguns anos caracterizados por grande instabilidade nas taxas a evolução foi diferente, como no início dos anos 80. Já com a taxa de juros do FCS, apenas a partir de 1984

existe uma correlação com a "prime rate". Na época da crise de liquidez, o comportamento foi nitidamente assimétrico. Em 1980, por exemplo, a taxa do FCS foi apenas de 12,74%, enquanto a "prime rate" chegou a 15,29% e a dos bancos comerciais 15,20%. Quando a "prime" caiu para 9,93% em 1985, a taxa do FCS chegou a 12,40%. Esse desencontro, conforme visto, gerou grandes prejuízos para o sistema.

As taxas cobradas nos empréstimos governamentais dependem do tipo de mutuário. Nos pequenos financiamentos, as taxas são bastante subsidiadas: em 1980 chegaram a ser 8,45 pontos percentuais abaixo da "prime rate" nos créditos à produção. Em 1995 chegaram a 3,83 pontos a menos. Na linha normal (FSA-1) os juros têm sido menores que os praticados no FCS, mas com a tendência

de acompanhar no mercado.

5. O Crédito Rural na Lei Agrícola de 1996

A nova Lei Agrícola Americana (The Federal Agriculture Improvement And Reform Act of 1996) modificou vários dispositivos legais existentes nas leis anteriores referentes aos créditos governamentais. Dentre as modificações, as mais importantes são as seguintes:

- a) proibiu a utilização do crédito rural em atividades recreativas ou em equipamentos de lazer, na fundação de empresas para suplementar a renda rural, em sistemas de energia solar, em pequenas empresas rurais e em projetos de controle ou redução da poluição;
- b) os novos empréstimos para aquisição de propriedades estão restritos a agricultores com menos de 10 anos de experiência ou que sejam clientes do USDA, também por menos de 10 anos. Os recursos para empréstimos diretos estão disponíveis somente para aqueles

com menos de 5 anos de experiência ou para aqueles que tenham recebido empréstimos diretos por menos de 7 anos. Uma percentagem do total dos recursos passa a ser destinada a iniciantes;

- c) a mudança dos empréstimos diretos do USDA para empréstimos garantidos foi reforçada na nova Lei. Os recursos anuais para empréstimos diretos foram congelados em US\$ 500 milhões para créditos operacionais e US\$ 85 milhões para aquisição de propriedades até o ano fiscal de 2002. Os recursos para empréstimos garantidos foram elevados para US\$ 2,1 bilhões para crédito operacional e US\$ 750 milhões para aquisição de propriedades;
- d) foi proibida a concessão de empréstimos a agricultores inadimplentes;
- e) o agricultor que tiver seu débito renegociado com o USDA pode continuar como cliente, mas qualquer um que tiver recebido perdão em dívidas anteriores não pode mais receber empréstimos governamentais, a menos que

os créditos sejam destinados a despesas operacionais. O USDA está proibido de conceder mais de um perdão por produtor nos empréstimos diretos;

- f) aos agricultores é permitido resgatar débitos no valor de mercado da garantia no lugar do valor líquido de recuperação;
- g) o período de notificação foi reduzido para 90 dias após o agricultor tornar-se inadimplente;
- h) a nova Lei eliminou o sistema de preferência na aquisição de propriedades do USDA recebidas como garantia de empréstimos. Agora o USDA é obrigado a oferecer a propriedade em 75 dias para qualquer agricultor iniciante. Depois desse período, se não conseguir vender, ele deve oferecer a propriedade ao público e vender pelo maior preço;
- i) novos aluguéis de propriedades do USDA ficam proibidos e quando expirarem os atuais contratos o órgão é obrigado a vender dentro das condições mencionadas.

QUADRO XII
ESTADOS UNIDOS
Taxa de Juros de Crédito Rural
1980-1995

	CRÉDITO A PRODUÇÃO				CRÉDITO IMOBILIÁRIO				PRIME RATE
	FCS	Bancos Comerciais (1)	FSA-1	FSA-2	FCS	Bancos Comerciais	FSA-1	FSA-2	
1980	12,74	15,20	11,00	6,82	10,39	13,76	11,05	4,82	15,27
1981	14,46	18,50	14,04	8,13	11,27	16,75	13,00	5,50	18,87
1982	14,58	16,70	13,73	10,75	12,27	16,63	12,94	6,50	14,86
1983	11,95	13,50	10,31	7,31	11,63	13,76	10,79	5,27	10,79
1984	12,47	14,10	10,25	7,25	11,76	14,07	10,75	5,25	12,04
1985	12,40	12,80	10,25	7,25	12,24	12,96	10,75	5,25	9,93
1986	11,23	11,50	8,66	5,66	11,61	11,56	9,13	5,06	8,33
1987	10,10	10,60	8,12	5,27	11,10	11,10	8,90	5,00	8,21
1988	10,56	11,20	9,00	6,02	10,08	10,08	9,46	5,00	9,31
1989	11,67	12,46	9,28	6,10	10,80	10,80	9,46	5,00	10,87
1990	11,16	11,48	8,89	5,81	10,55	10,55	8,97	5,00	10,01
1991	10,11	9,82	8,25	5,00	9,85	9,85	8,72	5,00	8,46
1992	8,19	7,86	6,79	5,00	8,02	8,24	8,12	5,00	6,25
1993	8,09	7,48	5,87	5,00	7,83	7,83	7,29	5,00	6,00
1994	8,23	7,70	6,45	5,00	8,56	8,56	7,41	5,00	7,13
1995	8,49	9,52	7,35	5,00	8,56	8,54	7,95	5,00	8,83

Fonte: USDA/ERS

FSA (1) = empréstimos regulares

FSA (2) = pequenos empréstimos (diretos)

BIBLIOGRAFIA

- 1) Handbook of State-Sponsored Agricultural Credit Programs - USDA/ERS, STAFF PAPER, number 9426.
- 2) Provisions of the Food, Agriculture and Trade Act of 1990 - USDA/ERS, Bulletim número 624.
- 3) Farm Credit System - Safety And Soundness USDA/ERS - Bulletim número 722.
- 4) Agricultural Income And Finance - USDA/ERS - AIS 60 FEB. 1996.
- 5) Agricultural - Food Policy Review - USDA/ERS - nov. 1989.